



**Companhia Celg de Participações -
CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2021**

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos I, II, III, V, VI e IX da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, chamados de *International Financial Reporting Standards* – IFRS, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

A holding detinha, ao final do exercício social de 2021, além da participação acionária na subsidiária integral CELG Transmissão S.A. – CELG T (“Celg T”) – nova denominação social da CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“Celg GT”), a participação acionária em outras 7 (sete) empresas (coligadas e/ou controladas em conjunto), participações estas provenientes do processo de cisão parcial da Celg GT homologado na data-base de 30 de setembro de 2021.

As principais realizações ocorridas no ano de 2021 foram as seguintes, de forma individual e consolidada, que culminaram com a concretização das seguintes ações:

a) Manutenção das medidas concretas de enfrentamento da pandemia de COVID-19, no sentido de preservação da continuidade operacional e implementação de medidas sanitárias com vistas a garantir a saúde de todos os seus colaboradores e empregados;

b) Finalização do processo de cisão parcial da Celg GT, vertendo as atividades não afetas à concessão de Transmissão para o âmbito operacional da Celgpar, objeto das ações vinculadas ao processo de desestatização desta subsidiária integral, no sentido do cumprimento da determinação efetuada pelo acionista controlador e referendado nas suas diversas instâncias de governança;

d) Realização do leilão de desestatização da subsidiária integral Celg T no dia 14 de outubro de 2021, que culminou com a transferência efetiva do controle acionário desta subsidiária para a empresa vencedora do certame. As tratativas descritas na Nota Explicativa de Eventos Subsequentes destas Demonstrações Financeiras evidenciam, por sua vez, o fechamento e liquidação desta operação no ambiente da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão.

e) Manutenção da situação de equilíbrio econômico-financeiro da Celgpar, com a apresentação de Lucro Líquido do Exercício em patamares similares aos do exercício social anterior.

Por todos estes aspectos, e considerando os desafios a serem trilhados nos próximos exercícios sociais, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Ronaldo Ramos Caiado.

José Fernando Navarrete Pena
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO E REGULATÓRIO

1.1 Cenário Macroeconômico

No exercício de 2021 o Brasil continuou se recuperando do choque inicial ocasionado pela pandemia da COVID-19, entretanto eventos como desorganização das cadeias produtivas, o aumento dos custos de produção e o repique inflacionário vigente ainda persistem e continuam a impactar a evolução dos principais indicadores econômicos e sociais do país.

A economia brasileira vem apresentando reversão do quadro recessivo econômico dos últimos trimestres, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e o PIB teve crescimento de 3,9% no 3º trimestre de 2021.

No 3º trimestre de 2021, o PIB apresentou uma taxa de crescimento de 3,9%, os gastos do governo tiveram aumento de 0,8% e a taxa de investimento do país (formação bruta de capital fixo) um decréscimo de 0,1%.

O consumo de energia possui alta elasticidade em relação ao PIB per capita. Nota-se que o referido crescimento impactou diretamente a demanda de energia, o que por certo, juntamente com outros fatores, propiciaram a retomada dos leilões de energia, então suspensos em 2020.

Também é fato que o nível de emprego e renda também impactaram o setor elétrico, não somente no consumo, mas também na adimplência, por exemplo, cujo impacto é percebido inicialmente no segmento de distribuição, mas de forma indireta percorre toda a cadeia, replicando nos segmentos de geração e transmissão. Neste sentido, não obstante os efeitos da recuperação na atividade econômica e finanças públicas, ainda modestos em relação à perspectiva de melhora no quadro do mercado de trabalho, a qual ainda apresentou uma taxa de desocupação de 12,1%.

Ademais, os níveis de taxas de juros praticados pelo mercado refletem não somente na atividade econômica de forma geral, mas também na oferta de crédito e apetite do mercado por riscos operacionais, em detrimento dos financeiros, o que acaba por refletir diretamente na oferta de crédito para as empresas de energia elétrica.

Destaca-se que a política monetária buscou estimular o setor econômico com a taxa de juros em seu menor patamar, no nível de 2% a.a., assegurando maior liquidez no sistema financeiro, mas em virtude do descolamento da inflação em relação a sua meta de inflação teve que começar a calibrar a taxa Selic com vieses para cima, e terminando o ano de 2021 com a taxa em 9,25% a.a.

Outro fator econômico com reflexo direto nas receitas e custos das transmissoras é a inflação. Em 2021 o IPCA fechou em 10,06% a.a., superior à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, repetindo a mesma situação de 2015, para o último ano (2021), em virtude, dentre outros, dos preços de combustíveis (49,02%), da energia elétrica (24,36%), da habitação, dos aparelhos eletrodomésticos (12,12%), dos transportes (21,03%), e dos alimentos e bebidas (7,94%), sendo que o custo da energia acabou por causar um efeito de retroalimentação da inflação.

Em decorrência do atual cenário macroeconômico, a expectativa para o ano de 2022 é de estagnação da atividade econômica, impactado, dentre outros, pelo canal de juros estabelecido pelo COPOM, comprometido em reordenar a inflação, de dois dígitos em 2021, para dentro da meta previamente estabelecida. Além disso, as incertezas quanto à concretização das agendas das reformas administrativa, fiscal e a eleição presidencial têm afetado de forma negativa a

confiança de consumidores e empresários para estimular a economia assegurando o recrudescimento do PIB.

1.2 Cenário Regulatório

No ano exercício social de 2021 a escassez hídrica, pior dos últimos 91 anos, exigiu medidas com vistas a inibir uma crise no suprimento de energia e também na gestão do custo pelo acionamento de usinas termoeletricas mais caras. Neste sentido foi criado um órgão específico para gerir escassez hídrica: a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG). Por deliberação da CREG e resposta da ANEEL foi criada uma nova bandeira ainda mais rígida que a vermelha, a “Bandeira Escassez Hídrica”.

No âmbito de ações contra o revés econômico advindo da pandemia, destaca-se a política dos recolhimentos dos saldos não comprometidos dos programas de P&D e de Eficiência Energética para compor a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) por força da Lei nº 14.120/2021, regulamentada pelo Despacho nº 904/2021 – ANEEL, cujo efeito para a Controlada CELG T foi o recolhimento de R\$ 4,132 milhões.

O ano de 2021 também foi marcado pela retomada dos leilões de geração, inclusive com a nova modalidade denominada Leilão de Reserva de Capacidade. Verificou-se também a manutenção do elevado nível de competitividade nos dois leilões de transmissão ocorridos neste exercício social.

Em setembro de 2021 a ANEEL concluiu a regulamentação da nova repactuação do GSF. A nova repactuação, com o objetivo de reequilibrar a situação para os produtores credores do mercado *spot*, sobreveio no âmbito da Medida Provisória – MP nº 1.031 em meados de 2021, do desencadeamento do processo de privatização da Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, a qual incluiu o período de 2012 a 2015, excluído pela regulamentação anterior aprovada no início do ano de 2021.

No seguimento da transmissão, o ano de 2021 inicia com a repercussão das consolidações das normas estabelecidas através das Resoluções Normativas nº 905 e 906, emitidas em dezembro de 2020. O tema “reforços e melhorias” continua em aperfeiçoamento via Tomada de Subsídio instituída para aprofundamento da classificação das instalações de transmissão (TS 16/2021). Também a centralização da Liquidação Financeira dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão continua em discussão (CP 75/2020), já em segunda fase.

Foram tratados em 2021 aperfeiçoamentos dos Procedimentos de Rede como comunicação à ANEEL de ocorrências graves e disponibilidades prolongadas (CP 44/2021), requisitos de confiabilidade das instalações (TS 21/2021), além da metodologia de cálculo de eficiência empresarial e fator X (TS 03/2021 e CP 64/2021).

Destaca-se ainda o tema Geração Distribuída, o qual foi longamente discutido no Congresso Nacional com a participação da sociedade e de diversos atores – associações, consumidores, órgãos e entidades do setor, sendo um dos principais pontos de discussão o custeio da rede, culminando em uma solução gradual via a decretação e sanção da Lei nº 14.300/2022, além da Lei nº 14.182/2021 que dispôs sobre a desestatização da Eletrobrás, sendo objeto da Consulta Pública nº 48/2021 no âmbito da ANEEL.

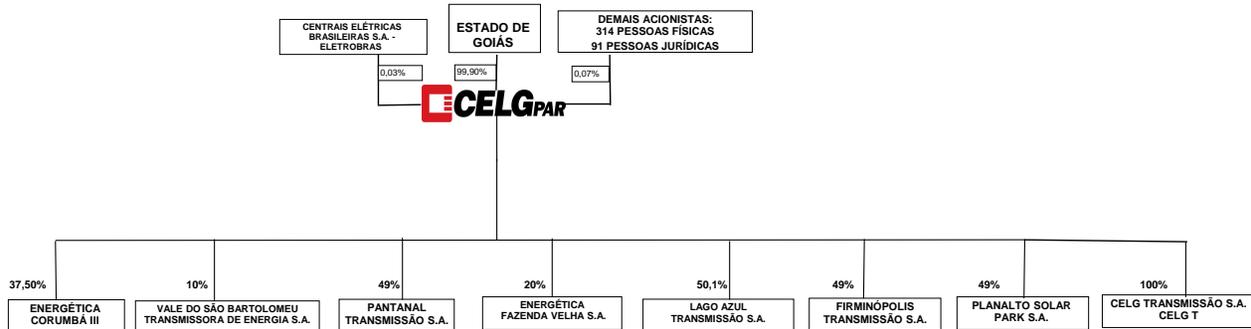
2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CELGPARG atua no segmento de geração e transmissão de energia elétrica por meio da sua subsidiária integral CELG T, denominação social atual da CELG GT. A CELGPARG e a CELG GT foram criadas após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A CELG T é uma subsidiária integral da CELGPARG, sendo que o organograma societário da CELGPARG foi reconfigurado após

a cisão parcial da CELG GT, que verteu as suas atividades de Geração para a CELGPAR, conjuntamente às participações em investidas, isto a partir de 30 de setembro de 2021.

Assim sendo, em termos operativos, o segmento de geração foi operado indiretamente pela CELGPAR até a cisão da CELG GT e diretamente após esta cisão. Desta forma, esta reestruturação societária ocorrida em 2021 provocou a atualização do organograma societário da seguinte forma:



Atualmente, a CELPAR possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Energética Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A. Adicionalmente a CELGPAR, ao final do exercício social de 2021, iniciou tratativas no sentido de ampliação do seu parque de geração para a o segmento de Usinas Fotovoltaicas (“UFV”), com a execução de estudos e projetos para implantação destas no Estado de Goiás.

2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2021, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG T detinha 756 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG T opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 4.188 MVA e um Compensador Estático 500 kV, com capacidade instalada de -150/+300 MVar.

De forma complementar, a Controlada CELG T possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

A Receita Anual Permitida deste segmento perfaz o total de R\$206,37 milhões, para o ciclo 2021/2022.

2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A CELGPARG, por conta do aditamento do contrato de geração decorrente do processo de cisão com a sua subsidiária integral, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continuará operando a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME. Além disto, ela participa como acionista das Usinas Corumbá III e PCH Fazenda Velha. Abaixo apresenta-se as informações gerais sobre os empreendimentos:

Usina/PCH	Instrumento/Concessão	Potência Instalada	Garantia Física	Início Operação Comercial	Vencimento	Participação CELG GT	Energia Vendida /Cota
Rochedo*	Contrato 02/2016	4 MW	3 MW	abr/56	jan/46	100%	Cota
São Domingos	Portaria 352/2013 - MME	12 MW	7,2 MW	jun/90	-	100%	Cota
UHE Corumbá	Contrato 126/2001	94,6 MW	50,9 MW	out/09	nov/36	15%	Energia Vendida
Fazenda Velha	Portaria 265/2014 - MME	16,5 MW	8,9 MW	mar/16	jun/49	20%	Energia Vendida

*Conforme Contrato de Concessão 70% na garantia física submete-se ao regime de cotas de garantia física e 30% comercializada conforme interesses da Companhia.

Está em estudo, no âmbito da ANEEL, a expansão da Usina Rochedo em mais 9MW. Além disto, a CELGPARG possui outros projetos em estudo, como o Consórcio Médio Rio Claro, o Consórcio Rio Claro, o Consórcio Meia Ponte e o Consórcio Rio Mosquito, com previsão de capacidade instalada na ordem de 341,9 MW, sendo a participação média da Companhia de 25,4%, totalizando 86,71 MW.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

a) CELGPARG

Até 30/06/2009 a CELGPARG manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg T, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2017, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;

- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel);
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás como AFAC na CELGPAR, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPAR. Apesar deste repasse, o Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, tendo ocorrido a homologação do aumento do Capital Social da CELGPAR na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 03 de abril de 2020. Desta forma, após este processo de aumento de capital, restou consignado apenas R\$1 destes AFAC, decorrente do exercício de direito de preferência de alguns acionistas minoritários que resultou neste valor residual ao Estado de Goiás.

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGPAR

Indicadores	31/12/2020	31/12/2021	Varição em Módulo 31/12/2020 - 31/12/2021
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	5.873	11.045	88,06%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(5.910)	(6.736)	13,98%
EBITDA (R\$ mil)	(5.906)	(6.605)	11,84%
Lucro Líquido (R\$ mil)	166.436	169.819	2,03%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGPAR

Indicadores	31/12/2020 REAPRESENTADO	31/12/2021	Varição em Módulo 31/12/2020 - 31/12/2021
Liquidez Seca	1,4443356	1,5454847	7,00%
Liquidez Corrente	1,4443356	1,5460261	7,04%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.496.648	1.695.470	13,28%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	41.476	108.629	161,9081%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	1.455.172	1.586.841	9,05%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2021 o acréscimo da estrutura dos indicadores de liquidez, decorrente principalmente do acréscimo no seu Ativo Circulante, em função do montante de dividendos do exercício de 2020 recebidos da Controlada Celg T, dividendos estes mantidos no Caixa da CELGPAR para fazer face ao plano de investimentos da Companhia. Ocorreu também o acréscimo do Patrimônio Líquido, em função do lucro líquido apresentado neste exercício.

Verificou-se também variações nos seguintes indicadores: a) PMSO (pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros): em função da incorporação da correção pelo índice de inflação acumulado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2021 (data-base em 1º de maio/2021, bem como da incorporação da parcela proporcional do 4º trimestre de 2021, correspondente ao custo operacional das atividades de geração cindidas da sua subsidiária integral; b) EBIT e EBITDA: pelas mesmas motivações relacionadas ao PMSO; e c) Aumento no Lucro Líquido do exercício de 2021 comparativamente ao Lucro Líquido de 2020, capitaneado também pelo ingresso de outras receitas decorrentes de Avaliações a Valor Justo de imóveis cindidos da sua subsidiária integral.

b) Subsidiária Integral Celg T

Em 2021, o lucro líquido da Controlada CELG T foi de R\$ 148.403, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 165.643 apresentado em 2020. A receita operacional líquida atingiu R\$ 265.995, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 278.424. Verifica-se, em 2021, a manutenção dos incrementos das Receitas Anuais Permitidas, conjuntamente às receitas financeiras da concessão e, por sua vez, da receita de construção de ativos próprios, em patamares mais do que suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas operacionais, levando-a à condição de resultado operacional positivo na casa dos R\$ 176.371 em 2021.

Os custos operacionais totalizaram em 2021 o montante de R\$ 55.994, 35,36% inferiores em relação à 2020, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Custos de Construção, que representaram 39,25%, 14,95% e 39,13%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 o montante de R\$ 33.630, 14,14% inferiores em relação à 2020, destacando-se os custos com Pessoal/ Administradores, Serviços

de Terceiros e Tributos, que representaram 74,45%, 13,06% e 3,76%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2021 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG T totalizou R\$ 178.030 positivos, superior ao montante apontado no exercício de 2020, fechado em R\$ 155.670 positivos. A variação positiva total de R\$ 22.360 reflete, sobretudo, o incremento da RAP, o incremento nas Receitas Financeiras da Concessão e a racionalização dos custos e despesas operacionais.

Nesta mesma linha, verifica-se que o EBITDA de 2021 da Controlada CELG T se manteve em patamar positivo e ascendente, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas operacionais e financeiras da concessão, e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada CELG T teve uma diminuição de 18,37% em 31 de dezembro de 2021, encerrando o exercício em R\$ 1.101.822, fundamentado principalmente no processo de cisão parcial pelo qual foram vertidos para a CELGPAR o acervo líquido das atividades não vinculadas à concessão de transmissão. A estrutura de capital encerrou o exercício com 66,10% de capital próprio e 33,90% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se referiu ao seguinte: a) tributos diferidos, que totalizaram R\$394.761; b) empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que totalizaram R\$97.247; e c) montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPAR, que alçaram o total de R\$ 35.246.

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da CELGPAR, no ano de 2021, foi de R\$ 321.339, sendo que 84,29% ou o equivalente a R\$ 270.852 correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 15,71% equivalem às deduções da receita. A receita operacional bruta consolidada em 2021 apresentou variação nas seguintes rubricas: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP, em 7,05%; b) aumento da receita financeira de contrato, em 12,52%; e c) diminuição da receita de construção vinculada à sua curva de investimentos, em 59,01% (reflexo do incremento nas RAP pela entrada em operação destes investimentos).

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2021, foi de R\$ 101.217. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e custos de construção, que totalizaram R\$ 95.960.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido consolidado da CELGPAR, em 31 de dezembro de 2021, totalizou em R\$ 1.586.841. Ocorreu a incorporação do lucro líquido do exercício de 2021, no montante de R\$ 169.819, que serviram de base para a constituição da Reserva Legal no montante de R\$ 8.491, Reserva de Lucros no montante de R\$ 120.996 e previsão do pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 40.332.

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2021, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 169.819 em comparação ao lucro líquido de R\$ 166.436 do exercício de 2010, fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) resultado financeiro positivo decorrente das receitas financeiras das operações de

mútuo com a CELG D (atual Enel); b) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG T, no total de R\$ 148.403; c) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 23.980; d) constituição da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 46.144; e e) incremento de outras receitas, no total de R\$12.357, relacionadas principalmente ao reconhecimento do valor justo de determinadas propriedades para investimento no âmbito da CELGPARG, vertidas no processo de cisão parcial da sua Controlada CELG T.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGPARG

Indicadores	31/12/2020	31/12/2021	Varição em Módulo 31/12/2020 - 31/12/2021
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	278.424	270.852	-2,72%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	66.964	77.008	15,00%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	146.715	169.635	15,62%
EBITDA (R\$ mil)	147.976	170.532	15,24%
Lucro Líquido (R\$ mil)	166.436	169.819	2,03%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	52,69%	62,63%	18,85%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	53,15%	62,96%	18,46%
Margem Líquida - LUCRO LÍQUIDO/ROL (%)	59,78%	62,70%	4,89%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGPARG

Indicadores	31/12/2020 REAPRESENTADO	31/12/2021	Varição em Módulo 31/12/2020 - 31/12/2021
Liquidez Seca	4,20268	4,07322	-3,08%
Liquidez Corrente	4,22519	4,07725	-3,50%
Ativo Total - (R\$ mil)	2.033.989	2.225.226	9,40%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	578.817	638.385	10,29%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	1.455.172	1.586.841	9,05%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2021 um decréscimo nos indicadores de liquidez devido a alteração na estrutura de capital consolidada da CELGPARG, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função das mutações ocorridas no Ativo de Contrato (Concessão de Transmissão da Controlada Celg T e concessões de geração da CELGPARG); b) diminuição do Ativo Circulante, em função dos dividendos mínimos obrigatórios propostos pela Controlada Celg T; e c) aumento no seu Passivo Circulante e Passivo não Circulante, em função do diferimento de tributos decorrentes do ajuste ao Ativo de Contrato efetuado pela Controlada Celg T, e reconhecimento dos dividendos obrigatórios no âmbito da CELGPARG. Por sua vez, os componentes operacionais da Receita Bruta Consolidada provocaram, de forma direta, o efeito positivo no resultado consolidado da CELGPARG, especificamente nos indicadores EBIT (resultado do serviço) e EBITDA, haja vista os acréscimos apurados e incorporados a estes indicadores.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPARG estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B³"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPAR é de R\$ 1.072.594.391,07 (um bilhão, setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e sete centavos), representado por 77.928.432 (setenta e sete milhões, novecentas e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPAR, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2021":

RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2021

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	77.850.603	99,9001
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0295
OUTROS	54.862	0,0704
SOMA	77.928.432	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2021, foram realizadas um total de 7.222 (sete mil, duzentas e vinte e duas) negociações de ações ordinárias da CELGPAR na B³, nas modalidades Lote-Padrão, Mercado a Termo, e Mercado Fracionário, e, ainda, Direitos e Recibos, relacionadas às ações Ordinárias de emissão da CELGPAR, na B³ S.A., Brasil, Bolsa, Balcão, perfazendo uma movimentação de R\$7.937.066,33 (sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, sessenta e seis reais e trinta e três centavos).

6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPAR informa que a empresa de auditoria externa Convicta Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPAR e da sua Controlada CELG T é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pelas Companhias, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.
Goiânia, 29 de março de 2022.

A Administração.